

Silêncios persistentes - fontes que não falam, fontes que falam mas não se ouve, fontes que contam outra história

[um texto que já foi uma performance e que
deve ser lido dessa forma]



Joana Craveiro

Escola Superior de Artes e Design, das Caldas da Rainha (ESAD.CR) - Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (IHC) / joana.craveiro@ipleiria.pt

Fecha de recepción: 1/10/2018. Fecha de aceptación: 7/2/2019.

Resumen

El presente artículo reflexiona sobre la práctica de la historia oral a partir de una experiencia de trabajo con archivos fotográficos familiares y la recolección de una serie de entrevistas realizadas a los efectos de reunir memorias sobre la dictadura portuguesa, las guerras de liberación de las antiguas colonias y el período revolucionario de 1974-1975. El trabajo ilumina varias cuestiones centrales del uso de testimonios orales: el proceso de toma de entrevistas, el significado de los silencios, la importancia de la escucha por parte del/la entrevistador/a, la mutabilidad de los relatos en contextos diversos y el rol de las relaciones de género en la elaboración de los testimonios.

Palabras clave

*fuentes orales
memorias
historia de Portugal*

**Persistent Silences - sources that do not speak, sources that speak
but are not heard, sources that tell another story**

Abstract

This article reflects on the practice of oral history based on a work experience with family photographic archives and with the collection of a series of interviews which aimed at gathering memories about the Portuguese dictatorship, the liberation wars from the old colonies and the revolutionary period from 1974 to 1975. The article highlights several central issues on the use of oral testimonies: the process of arranging and carrying out interviews, the meaning of silences, the importance of the interviewer's listening ability, the mutability of the accounts in various contexts and the role of gender relationships in the making of testimonies.

Keywords

*oral sources
memories
history of Portugal*

1.

Na casa da minha avó havia uma gaveta, numa pequena cómoda estrategicamente colocada numa esquina de um corredor, cheia de fotografias.

Era uma gaveta para onde as fotografias tinham sido atiradas, sem ordem nem cuidado.

Estavam dobradas nas pontas, amarradas, a monte.

Talvez por isso, ao ver o desprezo a que eram votadas, eu e o meu irmão nos tentamos dedicado durante anos a destruir metodicamente estas fotografias, quando éramos crianças.

Eu gosto de pensar que ele as destruiu mais do que eu; que eu, de facto, fui sempre uma guardiã de memórias da família, que já o era nessa altura.

Alimento a fantasia de ter tido uma relação privilegiada com a memória e a sua transmissão ainda antes de ter qualquer consciência do que isso era.

E, contudo, não é verdade.

Tendo hoje na minha posse o que resta dessa colecção de fotografias, temo ter participado na destruição sistemática dessas imagens, a que nenhum adulto foi capaz de pôr termo, nem o tentaram, o que visto, a esta distância, demonstra da parte deles uma quase indiferença face a um objecto caro e luxuoso, numa família de classe média baixa.

Mais tarde, há-de haver uma altura da minha vida em que vou despejar esta gaveta de fotografias em cima de uma cama e vou perguntar à minha avó quem são aquelas pessoas. Mas, desgraçadamente, não vou anotar nem gravar essa conversa, e a identidade daquelas pessoas irá perder-se irremediavelmente, quando a sua última guardiã – a minha avó – morrer.

Tenho, por isso, na minha posse, um conjunto de imagens de pessoas que não sei quem são.

Não chamaria a estas pessoas cujo nome desconheço, fontes silenciadas, mas cito-as porque elas me lembram uma frase de Christian Boltanski que me acompanha há muito tempo,

Hoje em dia morremos duas vezes: a primeira quando morremos de facto; a segunda, quando já ninguém sabe quem somos numa fotografia (Moure, 1996).

Há qualquer coisa com a minha família e a destruição de imagens. Eu já sabia isso por coisas que a minha avó nunca me contou mas que eram silêncios e pactos de silêncio com que crescemos, e alguém dizia, ‘rasguei todas as fotografias’ (embora nem isso fosse verdade, como também ainda mais tarde pude verificar).

Há pouco tempo visitei a minha tia-avó Adelaide, que me disse que tinha rasgado todas as fotografias que tinha na sua posse. E disse-me mais, que, quando morrer, vai doar o corpo dela à ciência. Mostrou-me o papel. Diz que não quer ficar sepultada em lado algum. E eu acrescento, não quer ficar *inscrita* em lado algum. Inclusive, nas nossas memórias. É uma geração que fala sempre na morte como uma libertação, e pede sistematicamente a deus que as leve depressa. Que já viveram muito, mais coisas do que se poderia contar, e que ninguém pode imaginar. A minha avó falava assim, a minha tia fala assim.

Estou sentada na sala da minha tia-avó na aldeia da Zibreira, perto de Torres Novas; atrás a Serra de Mira d'Aire que ainda hoje me faz sentir nem sei bem o quê quando por lá passo, como se eu soubesse que venho dali, (apesar de nunca termos tido uma relação com aquilo, que a minha avó tinha cortado completamente, detestava a *terra*, como ela dizia – *terra* é um sítio de onde as pessoas que não são do sítio onde vivem – em geral uma cidade – são originárias);

estou sentada na sala da minha tia e de costas para a Serra, e tento não me desanimar perante o discurso de apagamento, de não-inscrição, de desejo de morte, tento escutar sem intervir, encorajando quanto posso (pouco, muito pouco), esmagada como ficava já no fim da vida da minha avó quando também ela falava assim, e,

eis que irrompe do meio do desânimo total daquelas palavras,

a memória do 25 de Abril da minha tia-avó

o dia 25 de Abril de 1974¹ dela, como criada na casa de uma família rica onde ela criou não sei quantos meninos e meninas,

e como uma das criadas se recusou a vestir uniforme nesse dia e como se apresentou ao serviço de camisola de gola alta e calças-à-boca-de-sino cor de rosa e como foi despedida;

e as memórias da revolução,² da minha tia, que parece que não perdia uma manifestação

revelando-me ali sem pudor as suas convicções ideológicas

que eu própria desconhecia,

de um tempo em que os patrões dela queriam que “aquilo voltasse ao antigamente”, como ela diz,

e em que tentaram que ela votasse num partido qualquer – imagino de direita

que ela recusou com um,

“pois se é esse que vossemecê quer que ganhe, é noutro mesmo que eu vou votar!”

Pensei na minha tia quando bati à porta de uma mulher que vive na rua da Cadeia do Aljube³ para lhe perguntar sobre memórias do pátio do Aljube (nas traseiras da cadeia) e da própria prisão, e depois de descobrir que ela pouco mais sabia do que todos aqueles que vivem ali à volta contam, e que é basicamente uma memória que construíram entre todos de uma fuga que não aconteceu – mas que a Dona Manuela da rua detrás jura que viu – e que outros que moram mesmo em frente dizem que os que viviam lá antes lhes contaram, que eles não viram mas que outros contaram, e que o director do museu diz que não aconteceu –

E toco à porta da Dona Odete da rua do Aljube, a quem acenei de uma outra casa a perguntar, “posso ir aí?”, e ela, “fazer o quê?”, e eu, “perguntar histórias da prisão e do pátio!”, e ela, “eu pouco sei, mas está bem”,

E ela, depois de me contar essa memória que afinal talvez tenha sido a sogra que lhe contou, que a sogra vivia ali há mais tempo, começa a contar-me aquilo por que não esperei mas que secretamente desejava e que foi um pouco da sua experiência da revolução,⁴ porque se o futuro é para sempre, como vem na inscrição do Miguel Januário no muro da universidade onde estudei,⁵ e se o futuro era

1. 25 de Abril de 1974 é o dia do golpe de estado revolucionário levado a cabo por jovens capitães das Forças Armadas Portuguesas, para destituir a ditadura que estava no poder há 48 anos. É conhecida como a “revolução dos cravos”.

2. Por “revolução”, refiro-me ao período revolucionário de 1974-75, que se segue ao golpe de 25 de Abril de 1974, e onde foram ensaiadas novas formas de poder popular e democracia directa.

3. A Cadeia do Aljube foi uma prisão política da ditadura portuguesa, que esteve em funcionamento até 1965, e que foi, desde 2015, transformada num museu.

4. Ver nota 3.

5. Miguel Januário é um artista visual também conhecido por +- (maismenos), cujo trabalho se materializa em inscrições nas paredes, entre as quais a inscrição “O FUTURO É PARA SEMPRE”. Ver: <http://maismenos.net>

naquele altura agora (Rodrigues, 1994), e se esse agora e esse futuro ainda estão por aferir, por perceber em toda a sua extensão, difícil que tem sido a transmissão da memória da revolução – por todas as razões que conhecemos – mas se é mesmo para sempre esse futuro, então podemos dizer que a pergunta sempre que levo mesmo quando não levo comigo é essa: **como foi para si a revolução? Como a viveu? E como acabou?**

E a Dona Odete falou, e do discurso dela, que foi longo, retive a seguinte frase sobre o que ela ganhou nos direitos laborais dela,

...eles é que não gostaram nada, tiveram que engolir e cumprir as ordens, mas sempre com aquele ferro lá metido neles...

Exploravam-nos a nós, para terem bons carros, comprarem andares para os filhos, - eles tinham piscina - terem casas na praia, - tinham tudo e mais alguma coisa, e nós, coitadas, mal dava para a gente comer.⁶

6. Dona Odete. Entrevista realizada a 04 de Abril de 2018, em Lisboa. Entrevistador: Joana Craveiro.

E foi assim que, quando a Odete falou, eu me lembrei da minha tia Adelaide e das suas memórias da revolução e da luta pelos direitos laborais, quando era interna nessa casa, onde os patrões achavam que eram donos da vida dela, ao ponto de a quererem casar contra a sua vontade com o motorista.

A minha avó falava muito raramente de quando, também ela, serviu numa casa em Lisboa, embora, na minha memória, eu tenha a vaga ideia de algumas das fotografias mutiladas da gaveta serem desses ‘meninos’ e ‘meninas’ que ela criou, e que eram muito bonzinhos, ‘muitos meus amigos’, dizia ela.

Uma vez disse num espectáculo que a minha avó tinha vindo para Lisboa para servir numa casa com 13 anos e a minha mãe zangou-se. Disse que a minha avó não havia de querer que eu falasse sobre isso.

Mas eu fiquei com a ideia que a minha mãe é que não queria. E eu tenho alguma dificuldade com a imposição de silêncios familiares, o que me levou desde cedo a amplificar no teatro alguns desses pequenos fragmentos de memórias – porque não eram exactamente memórias – eram frases soltas parte de memórias maiores que não eram articuladas. Fi-lo sem autorização e como reacção ao silêncio.

E é por isso que os meus irmãos dizem que descobrem coisas nas minhas peças de teatro que nunca ningú

CB)as desta vez.que nos diziam perdidas, e preservificadas.

a de começo da histª memde com o motorista.ém lhes tinha dito. E parecem felizes com isso.

E eu gosto disso, claro.

Gosto da ideia de amplificação, de que Alessandro Portelli fala:

...amplificar as suas vozes e levá-las para fora, rompendo a sensação de isolamento e impotência e fazendo com que o seu discurso chegue a outras pessoas e a outras comunidades” – “mais do que restituir à comunidade o saber que já detém, complementamo-lo com o nosso conhecimento e partilhamo-lo nas nossas redes (Portelli, 2013).

Gosto de ter sabido que em Inglaterra se considera que uma forma de começo da história oral foi um programa de rádio – *Radio Ballads*⁷, que pela primeira vez colocou no ar sotaques que não o correcto RP. As vozes directas das pessoas. Amplificadas.

2.

Não é verdade que na gaveta do pequeno móvel do corredor só tenha havido fotografias de pessoas desconhecidas. É ali que encontro, também, um conjunto de 12 imagens de uma viagem que os meus avós e a minha mãe fizeram em 1963, e que têm a seguinte inscrição nas costas: “Passeio ao Norte, 1963”.

Em 2008, proponho-me investigar esta história e fazer uma criação com ela. Entrevisto a minha mãe e o meu avô na sala de estar da casa dos meus avós. A minha avó, no entanto, recusa-se a passar a soleira da porta. Diz que não quer falar. Mas fica ali, a falar amiúde, acrescentando coisas, corrigindo a memória dos outros dois. Mas não quer que a filmem ou gravem. Não quer ficar inscrita. Parece irritada, até. Não consigo perceber porquê.

Uns anos mais tarde, no Bairro do Leal, no Porto, um Bairro do processo SAAL,⁸ a mulher do senhor Abílio, da comissão de moradores, também não quer falar, e não quer que eu a grave,

Eu que entrevistasse o marido, que ela não tinha nada para contar, dizia-me,

e eu comecei a perceber que todas aquelas mulheres tinham estado na linha da frente das lutas de moradores do Porto mas nenhuma delas falava,

Os homens, sim, mostravam-me com orgulho o livro de actas da comissão de moradores, levavam-me em visitas guiadas, mostravam-me fotografias;

e enquanto estas entrevistas decorriam, as mulheres estavam sempre ocupadas com uma série de tarefas domésticas,

e passavam de vez em quando por nós, acrescentando pormenores ou largando – porque era como se largassem, assim – as célebres histórias de como levaram café e pão com manteiga aos soldados no 25 de Abril e nos dias seguintes,

Essa mesma história me conta a Elvira do mesmo Bairro do Leal, por indicação do marido, “Conta lá, Birinha,” mas conta pouco. Isto da primeira vez que falámos. Só quando tenho a sorte de lhe ir tocar à porta este ano é que ela me conta mesmo a história que tinha começado há 4 anos atrás, o senhor Aurélio não estava em casa, e foi mesmo só até ele chegar, - porque, quando ele chega, é ele que fala.

que fala. ele em que ser quando o senhor aur, e levou-me muito yempo at^oe que a Elvira me contasse memsejada. Nesta ela sopa de

Com a Lucília passa-se o mesmo. Foi também recentemente, em Chelas, a propósito de ocupações em 74-75, tocamos à porta deles acompanhados do Pedro. Sentados na sala da Lucília, os dois homens não a deixam, contudo, falar. Respondem por ela. Dizem que ela não sabia, que ficava em casa, e que os outros é que andavam lá fora na revolução. Não consigo chegar à história dela. O próprio Pedro começa a fazer as perguntas. As perguntas, como ele as faz, trazem por vezes a indicação da resposta. Mas há qualquer coisa de tão generoso nele, que não consigo levar a mal. A generosidade de se encontrar com duas desconhecidas num sábado à tarde e de as conduzir

7. *Radio Ballads* foi um inovador programa de rádio produzido por Ewan MacColl e Charles Parker para a BBC, no final dos anos 50, a partir de histórias e experiências de vida de diversas pessoas oriundas de diferentes classes sociais e profissões.

8. Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL), um programa criado no período revolucionário português, pelo governo, para resolver o problema de grave carência habitacional em Portugal, dotando os bairros mais problemáticos de meios para que pudessem construir novas casas com o auxílio de uma equipa profissional constituída, entre outros, por arquitectos, sociólogos, assistentes sociais, etc.

até a portas fechadas na esperança que se abrissem com alguma história. Olho aquele mar de prédios que ele me diz terem sido todos ocupados, 30.000 pessoas. Eu não saberia por onde começar.

O Pedro sabe exactamente por onde começar.

Sabe quem vivia onde.

Toca às portas decidido.

“É o Pedro, venho aqui com umas meninas procurar umas histórias...”

O Pedro diz que caiu no “caldeirão da revolução.” E eu acho que se comove algumas vezes. Descubro na casa dele a riqueza de um arquivo invisível e privado, deliberadamente secreto, espalhado por casas que ele não diz onde ficam.

E, em resposta à pergunta sobre se podemos gravar uma entrevista sobre a revolução dele, “Disso não se pode falar, é complicado.” À pergunta, “Porquê?”, nenhuma resposta, um suspiro, e em resposta ao comentário dos vizinhos, “nunca mais o tenho visto”: “sabe, isto ando sempre a fugir da polícia.” E mais sorrisos.

3.

Outro tipo de silêncio, o do trauma. Não falar porque é complicado.

Não querer falar.

Como aquele senhor que estava a ir-se embora quando eu cheguei para o entrevistar.

“Boa tarde, sou a Joana, falámos ao telefone para combinar uma conversa hoje.”

“Não quero, não quero,” diz ele, “senão, vou ficar a cismar e vou chorar o dia todo.”

E abalou no carro e deixou-me ali.

Acabei por contar essa história, de como ele não quis falar.

Essa é a história.

A dona Manuela do Aljube diz que não percebe de política, o marido é que percebia. A Dona Manuela que me conta a história da família e há algo que não bate certo e quando lhe pergunto ela responde rapidamente que é filha de mãe solteira e passa à frente.

O homem que conheci por acaso em França no contexto de umas entrevistas a emigrantes e que era filho ilegítimo e que se chamou a ele próprio *Zorro*, que era como se chamava aos ilegítimos, e que depois me contou como saiu de Portugal depois da revolução porque tinha trabalhado em qualquer coisa do regime mas que não era o que eu estava a pensar, que ele não era a favor do regime, mas que teve que se vir embora, e eu nem sequer estava a entrevistá-lo, mas ele contou-me ali tudo e o grande sofrimento por o pai não ter reconhecido, por o ter desprezado mesmo, e que ele era filho de uma criada na casa do pai.

“Um diálogo não é uma sessão de perguntas e respostas, é a abertura de um espaço para algo ser partilhado”, ouço Alessandro Portelli dizer isto num curso de história oral, na Índia, e escrevo no meu caderno, para nunca me esquecer.

Histórias que não se procuram mas que vêm ter connosco: duas histórias da guerra colonial:⁹ a do homem em Sobral de Pinho, quando estava a recolher histórias do ciclo do linho, junto de mulheres, e ele nem devia estar ali – e elas disseram-lhe isso mesmo, que fosse embora, que aquilo eram histórias de mulheres, mas ele teimou e ficou, calado, mas ficou, e até cantou com elas, e no fim, quando eu me estava a despedir, ele agarra-me no braço, e começa por me dizer que elas não contaram as histórias todas porque têm vergonha,

Do ultramar, ai Jesus, ai Jesus, não sobra nenhum, só eu, eu fui o primeiro, depois a partir daí começar a ir sempre, sempre, sempre, fui para Guiné, ai Jesus, ai Jesus, é um milagre, mortos 6, feridos 60 ou 70, mas era mesmo a sério!, ao princípio era com a catana, mas mais tarde, ai Jesus, ai Jesus, ai Jesus!

Sonho com isso, ainda agora...

A gente fica sempre com um trauma que não sai fácil

Nós trazíamos a vida presa por um fio.

Se matámos, ai Jesus...

*A minha companhia era a 1424 todo o mundo tinha medo da minha companhia...*¹⁰

Mas depois contou-me que viam as urnas e pensavam “quando é que nós vamos...”

Lembro-me de ele me estar a contar tudo isto e à volta estava imenso barulho – aliás isso está na gravação – mas ele estava ali só comigo, a contar-me aquilo, porque ele queria mesmo contar-me aquilo; ele esperou até ao fim daquele encontro com as mulheres a propósito do ciclo do linho e ele decidiu que quando eu me fosse despedir, ele ia começar a contar-me.

O José, que mora no Pátio do Aljube, contou-me histórias dele da guerra, mas foi quando a mulher foi atender um telefonema. Que eu estava ali para falar de histórias da prisão, e ele de repente,

*Maldita guerra, desculpe a expressão, maldita guerra, destruiu a juventude toda portuguesa...*¹¹

E acrescenta que “viu coisas que não devia ter visto.”

O José, a propósito de uma vizinha, dizia que “ela era muito de esquerda”, e depois sobre ele próprio, com um sorriso envergonhado, “pronto, eu também sou de esquerda. A minha mulher não, que ela era rica”, e riram-se os dois.

Noto que o José se refere aos combatentes dos movimentos de libertação africanos como “terroristas.”

E recordo-me de que houve uma pessoa na minha família de quem não se pode falar e que também falava assim. E que essa é uma das razões pela qual não se fala. Porque alinhou com o “lado errado da história” e isso convoca memórias problemáticas. E alguém disse, “rasguei todas as fotografias.” Mas claro que isso não era verdade: eu e o meu irmão, os mesmos que destruíamos fotografias quando éramos pequenos, resgatámos estas outras que nos diziam perdidas, e preservámo-las desta vez.

9. Guerra Colonial, que, do ponto de vista dos países africanos, antigas colónias portuguesas, se chama Guerra de Libertação: travada pelo exército português no período de 1963-74, contra os movimentos de libertação africanos em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, pela manutenção dos territórios ultramarinos portugueses em África.

10. António. Entrevista realizada a 10 de Outubro de 2017, em Sobral do Pinho. Entrevistador: Joana Craveiro.

11. José. Entrevista realizada a 06 de Abril de 2018, Lisboa. Joana Craveiro.

4.

Num exercício de Martha Norkunas, que conheci num curso de história oral, tínhamos que nos sentar durante 5 minutos em silêncio com outra pessoa. Ou sentarmo-nos durante 5 minutos a respirar com a outra pessoa. O foco da Martha era sempre na qualidade da nossa escuta como historiadores orais. A nossa capacidade de ouvir.

“A qualidade do que sai da entrevista depende da qualidade da interação. Ponderem sobre a natureza desta interação”, diz a Martha e eu escrevo no meu caderno.

Acredito que o “ouvir” a que ela se referia não era só ao que era dito mas, sobretudo, ao que ficava por dizer, o que se subentendia, o que se silenciava, ou mesmo o que estava por detrás, o ruído de fundo. Como naquele que Alessandro Portelli considera o melhor excerto de entrevista que jamais realizou – a uma mulher em Harlem County – em que, se ouvem umas crianças a brincar atrás, e que ele considera que é uma gravação viva de uma conversa viva (isto mesmo escrevi no meu caderno quando o ouvi dizer).

Decido ouvir, pela primeira vez, as duas únicas gravações que tenho da minha avó. Não sei se consigo, mas tento. Consigo, depois de chorar um bocadinho. São dois pequenos excertos gravados quando ela já estava no lar. São sobre trabalhos domésticos. Eu costumava fazer-lhe perguntas sobre isso, era uma forma de comunicação. Como se faz arroz de grelos? E aquela sopa de nabijas? Às vezes ligava-lhe só para lhe perguntar essas coisas, sobretudo quando a conversa se tornava dolorosamente sobre a morte desejada. Nesta, que penso ser a última gravação, perguntei-lhe sobre como passar umas calças a ferro, e, mesmo depois de terminado o diálogo, e seguindo a indicação de Alessandro Portelli, deixei o gravador a gravar. Apanhei o silêncio (e um suspiro).

Apercebo-me de que o título tem um erro. O erro é a palavra **silêncio**. Silêncio não descreve correctamente o que se passa na ausência de palavras, nas palavras trocadas, nas palavras inesperadas, e nas palavras não proferidas.

A palavra persistente, sim, está correcta. Há uma firmeza, uma teimosia e uma perseverança, mas não se percebe bem no quê. Numa reescrita, numa reinvenção, num apagamento, num silenciamento – mas que depois é preenchido precisamente por essas ausências tornando-se por isso cheio de uma coisa qualquer que fala e faz ruído, mas de uma outra maneira – sem o fazer realmente.

Ler e interpretar esse ruído branco no decurso da entrevista.

Ser capaz de falar sobre ele.

Acredito que seja esse o desejo do interlocutor.

Um desejo não proferido. Mais um. Parte desse ruído branco que constitui afinal muito daquilo sobre o qual é, no fundo, a entrevista, e que faz dela esse momento indescritível de encontro e de co-criação,

(e aqui lembro-me de mais uma nota no meu caderno de algo que Alessandro Portelli disse: “Nós não ‘recolhemos’, nós criamos, ou melhor, nós co-criamos.”)

e de performance, porque não?

Tem essa qualidade única de ser vivo e de acontecer no momento, e de ser irrepitível, pelo menos daquela forma.

No meu caderno, mais uma vez, uma frase de Alessandro Portelli: "...a entrevista é uma performance, não é um texto. E não podemos 'recolher' uma performance, porque:

Nunca contamos da mesma forma uma história

Nunca a contamos juntos

Nunca contamos à mesma pessoa."

E é verdade.

Penso na minha tia-avó e na sua forma sempre única de contar as mesmas histórias de cada vez que lá vou.

Penso ainda que as mulheres na minha família foram sempre consideradas teimosas. Ainda hoje o são. Dizem que é uma coisa que se transmite. Que é assim.

Penso naquelas fotografias todas de pessoas que não sei quem são.

Penso no silêncio e na amplificação. E em como nem sempre o silêncio significa a ausência de comunicação. Por vezes, é exactamente o contrário.

--

Entrevistas

Dona Odete. Entrevista realizada a 04 de Abril de 2018, em Lisboa. Entrevistador: Joana Craveiro

Tia Adelaide. Entrevista realizada a 06 de Agosto de 2018, na Zibreira. Entrevistador: Joana Craveiro

Pedro, Lucinda e marido. Entrevista realizada a 28 de Março de 2018, em Lisboa. Entrevistador: Joana Craveiro

Elvira. Entrevista realizada a 26 de Abril de 2016, no Porto. Entrevistador: Joana Craveiro

Dona Manuela. Entrevista realizada a 05 de Abril de 2018, em Lisboa. Entrevistador: Joana Craveiro

Emigrante português em França. Entrevista realizada a 18 de Janeiro de 2016, Paris. Entrevistador: Joana Craveiro

António. Entrevista realizada a 10 de Outubro de 2017, em Sobral do Pinho. Entrevistador: Joana Craveiro

José. Entrevista realizada a 06 de Abril de 2018, Lisboa. Joana Craveiro.

Outras referências

Notas do caderno de Joana Craveiro, referentes à Winter School in Oral History, 2017, Centre For Public History, Srishti Institute of Art, Design and Technology, Bangalore. Notas das sessões com Alessandro Portelli e Martha Norkunas.

Bibliografía

- » Moure, G. (1996). *Christian Boltanski: Advent and Other Times*. Xunta de Galicia: Centro Galego de Arte Contemporánea.
- » Portelli, A. (2013). *A Morte de Luigi Trastulli e Outros Ensaíos*. Lisboa: Unipop.
- » Rodrigues, M. (ed.). (1994). *O Futuro Era Agora. O Movimento Popular do 25 de Abril*. Lisboa: Edições Dinossauro.